Marinha e às quais se não faz referência, continuarão em vigor e só poderão ser alteradas por proposta do conselho administrativo nos termos do n.º 8.º do artigo 646.º do mesmo regulamento.

Paços do Governo da República, em 7 de Maio de 1914.—O Ministro da Marinha, *Augusto Eduardo Neuparth*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção-Geral da Agricultura

Repartição Técnica

Secção dos serviços agrícolas

DECRETO n.º 476

Atendendo ao disposto no artigo 58.º do regulamento para o comércio do vinho do Porto aprovado por decreto de 27 de Novembro de 1908;

Tendo a prática demonstrado a conveniência de se esclarecer o preceituado no n.º 4.º do artigo 23.º inserto no decreto de 18 de Abril de 1911;

Tomando em consideração a representação da Comissão de Viticultura da Região de Vinho Generoso do Douro;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa; e

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar que o aludido n.º 4.º do artigo 23.º, a que se refere o citado decreto de 18 de Abril de 1911, passe a ter a seguinte redacção:

«4.º Elaborar a estatística de produção de vinhos generosos da região demarcada, empregando todos os meios de informação ao seu alcance e aceitando as declarações que todos os produtores, ou os proprietários ou rendeiros dos armazéns da região, são obrigados a entregar-lhe anualmente, até 15 de Novembro, referentes aos vinhos generosos produzidos em cada ano, com indicação da propriedade produtora, a fim de que esses vinhos possam ser considerados como generosos para o efeito da exportação e obtenham os certificados de procedência a que se refere o número seguinte».

O mesmo Ministro assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 7 de Maio de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Aquiles Gonçalves Fernandes*.

PORTARIA n.º 155

Havendo sido requisitados alguns engenheiros-agrónomos, em serviço na Direcção Geral da Agricultura, pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, para, cumulativamente com as funções dos seus cargos, fazerem parte das comissões avaliadoras de propriedade, organi-

zadas conforme o artigo 246.º do Código de Contribuição Predial;

Tendo em vista que os engenheiros-agrónomos, bem como todo o pessoal técnico da Direcção Geral da Agricultura, tem competência especial para o desempenho dessa comissão de serviço:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério do Fomento, que todo o pessoal técnico da Direcção Geral da Agricultura, requisitado pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, possa ser nomeado para fazer parte das referidas comissões, quando os respectivos superiores hierárquicos não vejam inconveniente nessas nomeações nem prejuízo para os serviços que lhes estão confiados.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 7 de Maio de 1914.—O Ministro do Fomento, *Aquiles Gonçalves*.

Por ter saído incompleto no *Diário do Governo* n.º 67, I Série, de 1 do corrente, novamente se publica o seguinte decreto:

DECRETO n.º 464

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e em harmonia com o que se acha determinado no artigo 302.º da lei n.º 26 que organizou os serviços da Direcção Geral da Agricultura: hei por bem, sob proposta do Ministro do Fomento, decretar o seguinte:

Em cada uma das circunscricções a que se refere o artigo 46.º da lei n.º 26, sempre que as conveniências da lavoura o aconselhem, mediante proposta do respectivo Conselho Técnico Agrícola, e ouvido o Conselho Superior Técnico, será permitida a recepção de produtos em depósito mercantil, ou em regime de armazém geral, em instalações situadas em qualquer ponto das mesmas circunscricções e dependentes dos respectivos armazéns gerais agrícolas ou de suas delegações.

O pessoal dos armazéns gerais agrícolas ou das suas delegações perceberá, quando se deslocar para fora da sua sede, além de 10 quilómetros, a ajuda de custo e subsídio de marcha equivalente à sua categoria, sendo as dos chefes de armazém igual à dos engenheiros-agrónomos chefes, sub-chefes e ajudantes, e a dos fiéis igual à dos regentes agrícolas, conforme se acha preceituado na tabela de abonos a que se refere o artigo 222.º da lei n.º 26, devendo essas ajudas de custo, subsídio de marcha e transportes, ser pagas pela verba de ajudas de custo e despesas de transportes dos serviços agrícolas da Direcção Geral da Agricultura.

O Presidente do Ministério, Ministro do Interior e, interino, dos Estrangeiros, e os Ministros da Justiça e do Fomento, assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 1 de Maio de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*Manuel Monteiro*—*Aquiles Gonçalves*.